



PPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



XI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO

(TURMA N-11)

INFORMAÇÕES GERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso: XI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*) EM DIREITO ADMINISTRATIVO

1.2 Centro/Deptº: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (UFPE)

1.3 Coordenador do Curso: Dr. FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI

1.4 Vice Coordenador do Curso: Dr. SERGIO TORRES TEIXEIRA

1.5 Tipo/Modalidade: PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

1.6 Período previsto para realização do projeto (Previsão)

Início: AGOSTO/2018

Término: AGOSTO/2020

1.7 Carga Horária: 390 (trezentos e noventa) horas/aulas de disciplinas obrigatórias.

1.8 Aulas: Terças, quartas e quintas. SEMANAS ALTERNADAS

(PODENDO HAVER AULAS EM SEMANAS SEQUENCIAIS)

1.9 Horário: 19 às 22 horas - Local: Rua do Hospício nº 371, Bloco C 2º andar Bairro Boa Vista Recife-PE

2. JUSTIFICATIVAS

À luz das constantes alterações registradas no Direito Administrativo brasileiro nos últimos anos, fazendo surgir na seara jurídica uma verdadeira avalanche de novos institutos, como as agências reguladoras e executivas, as organizações sociais, o novo perfil das concessões, a reforma do regime de pessoal etc., a Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Recife oferecerá o seu quinto Curso de Direito Administrativo, visando simultaneamente analisar os institutos, novos elementos oriundos das recentes reformas e suas adequações à clássica administração pública prevista no Decreto-Lei n. 200/67.

Esse estudo da Reforma do Estado se insere na linha de pesquisa da Pós-Graduação *stricto sensu* e vem sendo objeto de interesse de estudiosos e operadores do direito público na Região Nordeste.

A iniciativa-decisão almeja contribuir para um melhor domínio, por parte dos estudiosos interessados, da matéria que compõe o Direito Administrativo, objetivando permitir uma melhor compreensão do mais dinâmico dos ramos da Ciência Jurídica.

O universo ao qual se destina o curso será formado tanto por profissionais da área jurídica (professores, técnicos, advogados, magistrados e membros do ministério público), como por pessoas

oriundas de outros campos, mas com o mesmo objetivo de aprofundar o conhecimento teórico-científico do direito administrativo. Nesse diapasão, o Curso, partindo de um núcleo teórico (onde se buscará a reflexão sistemática e crítica da temática), terá como meta o aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes às disciplinas específicas que constituem a estrutura do Direito Administrativo.

Relevante dado a ser salientado é o nível do corpo docente, todos de notório saber jurídico e devidamente qualificado no plano acadêmico-formal.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

a) Desenvolver o estudo do Direito Administrativo em nível científico, almejando sistematizá-lo a partir de sua divisão em disciplinas específicas.

b) Estimular a reflexão dos operadores do Direito acerca da nova realidade empírica que cerca as relações sociais, para permitir um conhecimento mais profundo acerca dos novos paradigmas da sociedade no campo do Direito.

c) Oferecer referencial teórico-metodológico dos principais institutos do Direito Administrativo, a partir do modelo de Estado reformado, para estimular a reflexão crítico-doutrinário acerca da sua matéria, e, como consequência, gerar a produção de conhecimento jurídico-científico.

d) Oferecer referencial teórico-metodológico dos principais institutos do Direito Administrativo, a partir do modelo de Estado reformado, para estimular a reflexão crítico-doutrinário acerca da sua matéria, e, como consequência, gerar a produção de conhecimento jurídico-científico.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

4.1 DISCIPLINAS:

01. Direito Administrativo Atual – revisão crítica – Características gerais do Direito Administrativo atual. Regime constitucional da Administração Pública. Pessoas e órgãos da administração. Os negócios jurídicos da Administração Pública. Regime de pessoal. Responsabilidade civil do Estado.

02. Direito Constitucional da Administração Pública. – Princípios Constitucionais da Administração Pública. Estruturação da Administração nos três poderes. Controle de Constitucionalidade na Administração Pública. Impropriedade Administrativa.

03. Controle da Administração Pública – Controle interno e externo. Controle pelo legislativo. Os Tribunais de Contas, características e instrumentos de atuação. Estrutura constitucional do Poder Judiciário. O controle judicial. Ações mandamentais. Ações cautelares e ordinárias. Execuções contra a Fazenda Pública.

04. Atos e Procedimentos Administrativos – Conceito de ato jurídico. Características e espécies. Requisitos e pressupostos. Procedimento e processo.

Conceito. Espécies. A lei federal sobre procedimentos. Procedimentos especiais.

05. Licitações e Contratos Administrativos – Licitação. Conceito. Modalidades. Dispensa. Procedimentos. Controle. Dispensa e inexigibilidade. Contratos administrativos: Conceito e características

06. Regime Jurídico dos Servidores Públicos – O regime constitucional dos servidores. A quebra do regime jurídico único. Regime estatutário e regime contratual. Direitos, obrigações e deveres. O regime previdenciário.

07. Responsabilidade pela Gestão Fiscal – Análise da Lei de Responsabilidade Fiscal.

08. O Estado Regulador. Agências Reguladoras e Técnicas Regulatórias – As agências reguladoras. Características. Paradigmas. Poder regulatório. Objetivos, limites face à legalidade.

09. Intervenção no Estado na Propriedade – Desapropriações, requisições administrativas. Servidores. Limitações e tombamentos. Regime constitucional e legal.

10. Didática do Ensino Superior – Técnicas de ensino e aprendizagem. Métodos. Planejamento. Plano de aula e de ensino. Didática de sala de aula

11. Metodologia da Pesquisa em Direito – Técnicas de pesquisa jurídica. Métodos de pesquisa em direito. Normas da ABNT. Processos de referência e citação.

12. Direito Administrativo, O Terceiro Setor – A nova estrutura da Administração Brasileira. Os quatro setores. O terceiro setor. As OS's e OSCIP's. Conclusões.

13. Direito da Infraestrutura – Aspectos constitucionais do petróleo: quebra do monopólio e emendas constitucionais. Lei do petróleo. Lei do pré-sal. Contratos de licitações do petróleo.

4.2 CARGA HORÁRIA TOTAL: 390 h/a

Disciplinas	Docentes/Titulação
01 - Direito Administrativo Atual – Revisão Crítica	Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti/Doutor Juliana Torres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti/Especialista
02 - Licitações e Contratos Administrativos.	Claudia Guerra Oliveira da Costa/Mestre
03 - O Estado Regulador: Agências Reguladoras e Técnicas Regulatórias.	Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti/Doutor
04 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos	Sergio Torres Teixeira/Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti/Doutor
05 - Controle da Administração Pública	Wellington Cabral Saraiva/Mestre
06 - Atos e Procedimentos Administrativos	Edilson Pereira Nobre Júnior/Doutor
07 - Intervenção do Estado na Propriedade	Edilson Pereira Nobre Júnior/Doutor
08 - Didática do Ensino Superior	Aida Maria Monteiro da Silva/Doutora
09 - Metodologia da Pesquisa em Direito	Luciana de Medeiros Fernandes/Doutora
10 - Direito Administrativo, o terceiro Setor	Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega/Doutora
11- Direito Constitucional da Administração Pública	Walber de Moura Agra/Doutor
12 - Direito da Infraestrutura	Marcos Antônio Rios da Nóbrega/Doutor
13 - Responsabilidade pela Gestão Fiscal	Marcos Antônio Rios da Nóbrega/Doutor

5. METODOLOGIA DO CURSO

Aulas, conferências, orientações e seminários.

Através de aulas expositivas e seminários, os professores e alunos participarão intensamente de discussões científicas acerca de temas atuais no campo sócio-jurídico, almejando criar uma consciência crítica em relação aos instrumentos jurídicos para então permitir uma aproximação entre o conhecimento teórico e a operação prática dos mesmos institutos.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO EM CADA DISCIPLINA

A forma de avaliação dos alunos em cada disciplina será a de elaboração/apresentação de trabalho monográfico, podendo também, a critérios dos professores, serem aplicadas provas escritas ou orais e seminários.

Na respectiva qualificação, será exigida como condição de aprovação uma nota de avaliação de no mínima 7 (sete).

Em se tratando de avaliação por meio trabalho monográfico, poderá o professor da disciplina, a seu critério, conceder ao aluno oportunidade para refazer o trabalho considerado como insuficiente ou incompleto.

O aluno poderá requerer mediante petição escrita e fundamentada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação das notas, revisão da nota atribuída na sua avaliação, cabendo ao professor que realizou a primeira avaliação proceder ao reexame nos termos solicitados pelo requerente.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do resultado da revisão, quando persiste a insatisfação do aluno, poderá este requerer nova avaliação, a ser realizada por um colegiado constituído por três outros professores do Curso, indicados pela Coordenação.

7. FREQUÊNCIA MÍNIMA

Será igualmente exigido como requisito de aproveitamento, a frequência a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das aulas de cada disciplina.

Qualquer requerimento de abono de falta deve ser dirigido à Coordenação do Curso, em petição devidamente fundamentada, para ser apreciada à luz das normas regulamentares pertinentes à matéria.

8. MONOGRAFIA FINAL

Para a conclusão do Curso e obtenção do título acadêmico de Especialista, será exigido do aluno a apresentação de uma monografia final, no prazo de noventa dias após o término das aulas do Curso, tendo no mínimo 40 (quarenta laudas) e observando as regras da ABNT e as diretrizes estabelecidas pela Coordenação do Curso, a ser avaliada por banca examinadora composta por três professores, sendo necessário para aprovação uma nota de avaliação mínima de 7 (sete).

9. CUSTO

O investimento total será de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INSCRIÇÃO: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX

MATRÍCULA: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) - Pagamento em boleto bancário

Pagamento em até 19 mensalidades de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX Pagamento em boleto bancário

Pagamento a vista terá um desconto de 10% nas mensalidades

Forma de Pagamento: BOLETO BANCÁRIO

10. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO:

1 – Ficha de Inscrição Preenchida;

2 – Histórico Acadêmico - **01 (uma) cópia AUTENTICADA;**

3 – Comprovante Curso de Graduação em qualquer área do conhecimento em curso reconhecido pelo MEC -

Diploma ou Certificado de 3º grau completo - **02 (duas) cópias AUTENTICADAS;**

4 – Identidade (RG ou OAB) (não pode ser habilitação) - **02 (duas) cópias AUTENTICADAS;**

5 – CPF - **01 (uma) cópia;**

6 – 2 Fotos 3x4 (atual/recente);

7 – Curriculum Vitae – Profissional - **(COMPROVADO);**

8 – Comprovante do Pagamento da Taxa de Inscrição - **01 (uma) cópia.**

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO - ANO 2018.
(PREENCHER EM LETRA DE FORMA LEGÍVEL)

FOTO

INSCRIÇÃO Nº

Nome Completo _____

Nacionalidade _____ Naturalidade _____ Estado Civil _____

CPF _____, RG _____ Órgão Expedidor _____, Data Exp. ____/____/____ Nasc. ____/____/____

Título Eleitor _____ Zona _____ Seção _____ OAB- _____ Nº _____

Endereço Residencial: _____

Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ Estado: _____

Endereço Profissional: _____

Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ Estado: _____

Profissão: _____, **Função:** _____

Fone residencial () _____ **Fone Trabalho**() _____

Cel() _____ Operadora _____ Cel() _____ Operadora _____ Cel() _____ Operadora _____

E-mails: _____ WhatsApp() _____ vem

requerer a V.Sa. inscrição na Seleção do curso _____ juntando a este os documentos exigidos:

1. () Ficha de Inscrição (assinada)
2. () Histórico Acadêmico (1 cópia **AUTENTICADA**)
3. () Comprovante de Curso de Graduação - Qualquer Área de Conhecimento em Curso Reconhecido pelo MEC (**Diploma ou Certificado de 3º Grau Completo com data de colação**) (2 cópias **AUTENTICADAS**)
4. () RG ou OAB (2 cópias Frente e Verso **AUTENTICADAS**) (**não pode ser habilitação**)
5. () CPF (1 cópia)
6. () 02 Fotos 3 x 4 (atual/recente)
7. () Curriculum Vitae (Profissional) (**COMPROVADO**)
8. () Comprovante de Residência (deve conter o CEP)
9. () Comprovante do Pagamento da Taxa de Inscrição

Nestes Termos
Pede Deferimento

Recife, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Requerente ou seu representante

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

XI CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* DE (ESPECIALIZAÇÃO)
EM DIREITO ADMINISTRATIVO – 2018

Nº

Local e data: _____/_____/_____

Assinatura do Funcionário